



DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Camila Eduarda Bonetti¹
Cleidiomara Luiza Pricwa²
Heloiza Scheneider³
Poliana Rios⁴
Alexandra Vanessa de Moura Baczinski⁵

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e refletir de modo geral a contextualização da Política Nacional da Alfabetização (PNA) e seus aspectos ocasionados perante a sociedade. Pautando-se em circunstâncias que acarretam diferentes posicionamentos dos profissionais da área educacional em relação ao documento da PNA. Por meio de estudos perante o documento do Caderno da PNA, o qual funda-se por meio de um grupo de representantes de órgão públicos voltados a área da educação, com o intuito de combate ao analfabetismo em território nacional, ou ainda, a melhora de sua qualidade além de proporcionar e implementar o método fônico como único método passível para a utilização do processo de alfabetização, perante os seis componentes que efetivaram sua concretização. Ocasionalmente distintas opiniões que apresentam-se como favoráveis e contrárias em relação a esta implementação, visto que a alfabetização é o processo que formará este indivíduo de forma intelectual, social e profissional buscando futuramente atender a seus direitos e deveres como cidadão. Por isso é de extrema importância que os profissionais da área educacional compreendam que a aquisição dos conhecimentos transmitidos no ambiente escolar, devem buscar a adequação discente do método implementado, assim pode-se fazer necessária a implementação de múltiplos métodos que busquem atender as necessidades e condizer as realidades dos indivíduos proporcionando sua formação integral.

Palavras-chave: PNA, Alfabetização, Método fônico, Educadores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta do estudo realizado durante o Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID (2020). O Problema de pesquisa que instigou este estudo visa responder a seguinte questão: Quais as circunstâncias que fazem a Política Nacional de Alfabetização não condizer em sua totalidade com a opinião de educadores? A fim de responder a tal questionamento objetivamos analisar e refletir de modo geral a

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, camilabonetti20@outlook.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, luizapricwa@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, heloizascheneider@hotmail.com.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, poliana.rios@unioeste.br;

⁵ Professor orientador: Doutora em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, PR, alexandra.vanessa@hotmail.com;

contextualização da Política Nacional de Alfabetização (PNA), como também os aspectos dos quais são acarretados na sociedade, tanto de maneira positiva como negativa.

A educação transcorreu por distintas circunstâncias das quais proporcionaram sua construção até os dias atuais, este setor passou assim a ser observado com maior importância. Visto que através dele constitui-se a formação de cidadãos no âmbito social, pessoal e profissional, desenvolvendo indivíduos justos, críticos e conhecedores de seus direitos, contribuindo desta forma com a sociedade.

Na busca de melhorias no ambiente educacional frente a tentativa de combate ao analfabetismo em território nacional fundou-se um grupo de trabalho, para analisar a situação da alfabetização no Brasil, através de políticas públicas nacionais e internacionais que possibilitam a elevação do nível de qualidade e dos conceitos abrangidos nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

No decorrer deste percurso houveram documentos que permearam o aprimoramento do trabalho do professor, dentre eles pode-se citar a Política Nacional de Alfabetização (PNA), documento instituído por intermédio do decreto nº 9.765, em 11 de abril de 2019. A elaboração da Política Nacional de Alfabetização deu-se por meio de audiências com representantes das áreas de educação dos presentes órgãos público como: “a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)” (BRASIL, 2019, p. 7), e políticas públicas e pesquisadores da área da alfabetização, na busca de compreender os distintos pontos de vista apresentados sob o assunto em pauta.

Conforme Brasil (2019, p. 7) a PNA por sua vez foi instruída por meio de um grupo constituído por representantes de distintos órgão públicos dentre eles:

Secretaria de Alfabetização (SEALF), a Secretaria de Educação Básica (SEB), a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), a Secretaria Executiva (SE), o Gabinete do Ministro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O principal objetivo da Política nacional de Alfabetização conforme apresentado é, “melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro” (BRASIL, 2019, p. 40). O analfabetismo absoluto conforme apresentado no Caderno da PNA consiste na “condição daquele que não sabe ler nem escrever”, já o analfabetismo funcional é designado como, “aquele que possui habilidades limitadas de leitura e compreensão de textos” (BRASIL, 2019, p. 19).



METODOLOGIA

Neste estudo quanto a abordagem do problema de pesquisa classificou-se como qualitativa, quanto aos procedimentos aplicou-se pesquisa bibliográfica. Diante disto segundo os autores Prodanov e Freitas (2013, p.70) compreende-se que a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números [...]. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Quanto a pesquisa bibliográfica os autores definem que pesquisa bibliográfica é elaborada partir de material já publicados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Desta maneira, considera-se que a metodologia utilizada para a realização do presente artigo delinea-se através de documentos tais como, o Caderno da PNA, sites de entrevistas, artigos etc. que constituíram o embasamento do trabalho, através da apresentação das distintas opiniões dos profissionais da área educacional em relação ao documento da Política Nacional de Alfabetização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca de atender aos objetivos explícitos no Caderno da PNA, consta-se como adequado ao processo de alfabetização a evidenciação em métodos científicos como explicito no Art. 1º “a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas” (BRASIL, 2019, p. 38), remetendo-se por sua vez a ciência cognitiva.

A ciência cognitiva foi observada pelos elaboradores da PNA como uma forma adequada para o desenvolvimento do processo de alfabetização, tornando possível desta forma o ensino da leitura e da escrita. Esta aplica-se em países que buscam melhorar a compreensão das habilidades de leitura e escrita dos alunos (BRASIL, 2019).

Conforme Brasil (2019, p. 20) “a ciência cognitiva afirma que [...] a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural, nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar”, assim o Brasil busca inserir-se no rol de países que adotam a utilização desta ciência par ao processo de alfabetização.

A alfabetização por sua vez pode ser considerada como um dos processos base do qual o indivíduo necessita, para assim construir-se como sujeito de direitos e deveres em meio ao contexto social em que se insere.



No Brasil os dados condizentes a primeira fase de desenvolvimento social dos indivíduos é representada pelas avaliações da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Estas avaliações são realizadas em campo educacional e objetivam apresentar os níveis de alfabetização em que os estudantes se encontram, todavia, os resultados apresentados não condizem ao desenvolvimento dos demais países.

Segundo a Avaliação Nacional de Alfabetização, “os resultados de 2016 revelam que 66,15% dos estudantes estão nos níveis 4 e 5. Com isso, 33,95% dos estudantes ainda estão nos níveis insuficientes: 1, 2 e 3 ” (BRASIL, 2017, p. 1). Sendo configurado os níveis 1, 2 e 3 como elementar, nível 4 como adequado e nível 5 como desejável.

Em relação a avaliação de matemática também realizada pela ANA em 2016, “foram estabelecidos os níveis 1 e 2 (elementares), 3 (adequado) e 4 (desejável). Mais da metade dos estudantes brasileiros, 54,4%, [...] abaixo do desempenho desejável, figurando nos níveis 1 e 2. A porcentagem de estudantes nos níveis 3 e 4 ficou em 45,5% em 2016” (BRASIL, 2017, p. 1).

Entretanto segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em 2019 a PNA não apresentou abertamente, mas através de indícios pelos termos como consciência fonêmica e instrução fônica sistemática, a implementação do método fônico para o desenvolvimento do processo de alfabetização.

Conforme a PNA, o método fônico compõe um “ensino sistemático e explícito das relações entre grafema e fonema” (BRASIL, 2019, p. 16), assim pretende-se que o professor instrua o aluno no decorrer do caminho para a descoberta do código alfabético, proporcionando a compreensão na relação de palavras faladas e a sequência de sons (fonemas) que estas representam, buscando também relacioná-los aos sinais gráficos representados por meio das letras.

O documento também visa a conclusão do processo de alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental, desta forma a PNA, também busca contribuir para a conclusão das metas 5 e 9 apresentadas na lei nº13.005/2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que apresente em seu Art. 4º “promover a cidadania por meio da alfabetização” (BRASIL, 2019, p. 39), elevando desta forma a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A meta 5 consta a “alfabetização de todas as crianças até o fim do 3º ano do Ensino Fundamental” e a meta 9 do PNE busca “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, e até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL, 2014).



Todavia conforme explicito na Política Nacional de Alfabetização para que ocorra a implementação do método fônico em contexto de alfabetização, apresentam-se seis componentes que irão nortear o desenvolvimento deste, sendo eles “a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, o vocabulário, a fluência em leitura oral, a compreensão de textos e a produção da escrita”. (BRASIL, 2019, p. 32).

A consciência fonêmica relaciona-se a compreensão dos pequenos sons individuais, caracterizados como fonemas, fonema por sua vez conforme explicito no dicionário online de português é “qualquer um dos traços distintivos de um som da fala, capaz de diferenciar uma palavra de outra: pala, bala [...] tendo p, b, m, f, v, c, s como fonemas” (DICIO, 2021, p.1).

Ou seja, uma sequência de fonemas proporciona a formação de palavras, que conseqüentemente quando utilizados na linguagem falada reproduzem os sons desta palavra. A capacidade de manipulação dos fonemas é proporcionada por meio da consciência fonêmica que pode ser estimulada a partir de atividades com objetos e melodias (BRASIL, 2019), podendo apresentar questões como, rimas, identificação da quantidade de sílabas em palavras, ou até mesmo a contagem destas por meio de palmas (INSTITUTO NEUROSABER, 2020).

A instrução fônica sistemática não se trata de um método de ensino, no entanto permite a compreensão da associação entre grafemas e fonemas, ou seja, letras e os sons que estas representam, sendo possível desta forma o entendimento de como constitui-se o sistema de princípio alfabético, (BRASIL, 2019) desta forma o aluno passa a conhecer como compõe-se o alfabeto, partindo de ensino das unidades menores para as maiores (PEÇANHA, 2020).

Tornando possível o processo de leitura e escrita, o qual possibilitará a criança o reconhecimento das palavras, da ortografia, promovendo o desenvolvimento da leitura, buscando atender aos diferentes níveis dificuldades de aprendizagem voltadas a linguagem escrita, apresentado pelos alunos (INSTITUTO NEUROSABER, 2021).

Fluência em leitura oral é o processo construído por meio da alfabetização (leitura e escrita), que busca conseqüentemente proporcionar ao leitor a compreensão de um texto, desta forma a leitura não torna-se tão dificultosa pois a prática deste procedimento faz com que o leitor familiariza-se cada vez mais com as palavras expostas nos distintos vocabulários que lhes são apresentados. Tornando o processo de decodificação das palavras cada vez mais similar, proporcionando a compreensão do que se lê sem tanto esforço e, por conseguinte desenvolvendo o processo de interpretação (BRASIL, 2019).

Todavia para que o professor possa monitorar esta fluência na leitura oral, há uma avaliação realizada em sala de aula como exposto no Caderno da PNA, a qual consta a leitura



correta de um determinado número de palavras por minuto, em cada ano do ensino fundamental. Assim o “1º ano do ensino fundamental devem apresentar um número médio de 60 palavras lidas por minuto, no 2º ano 80 palavras, no 3º ano 90 palavras, no 4º ano 100 palavras e no 5º ano 130 palavras” (BRASIL, 2019, p. 34).

O desenvolvimento do vocabulário “tem por objeto tanto o vocabulário receptivo e expressivo, quanto o vocabulário de leitura” (BRASIL, 2019, p. 34), nós possuímos expressões que são utilizados diariamente para o processo de comunicação, esses termos por sua vez advém da língua materna, sendo estes expostos a todos os indivíduos presentes neste meio, dentre eles as crianças, elas possuem acesso ao processo de comunicação desde muito cedo, no entanto ainda não os compreendem, como palavras que possuem significados distinto e que em um contexto cotidiano proporcionam a comunicação.

Entretanto, no momento em que a fluência é compreendida pelo indivíduo mais facilmente, por meio do acesso a um amplo vocabulário antes mesmo de seu ingresso no âmbito escolar. Sendo proporcionada a compreensão destas palavras transmitidas oralmente, nos textos escritos, podendo ser desenvolvida com ou sem mediador (BRASIL, 2019).

A compreensão do texto é uma etapa importante assim como as demais, visto que ao final do procedimento de leitura possuímos nossas conclusões/interpretações perante o que a mensagem apresentada pelo autor no texto lido. Isso convém a ser praticado com textos cada vez mais complexos para que desta maneira o aluno desenvolva cada vez mais este domínio, buscando entender de maneira clara o que é explícito nos textos que lhes são propostos (BRASIL, 2019).

Visto que “é possível compreender sem ler, como também é possível ler sem compreender” (BRASIL, 2019, p. 34). No entanto, há texto que não são formados por palavras, esses são denominados como não-verbais. Nestes textos também existem mensagens que devem ser compreendidas pelo leitor, porém elas podem ser interpretadas de distintas formas por quem as observa, pois podem vir a contextualizar uma mensagem crítica, humorística, uma representação de um contexto atual, uma ironia etc.

Por fim, a produção escrita, conforme apresentado em Brasil (2019) esse componente envolve a produção de textos e escrita de palavras, visto que é possibilitado a partir dos demais componente. Envolve-se regras referente a prática da linguagem para a elaboração deste procedimento, desta forma “para crianças mais novas, escrever ajuda a reforçar a consciência fonêmica e a instrução fônica. Para crianças mais velhas, a escrita ajuda a entender as diversas tipologias e gêneros textuais” (BRASIL, 2019, p. 34).



No entanto o método fônico não é proveniente de confiança de uma total percentualidade dos profissionais da área educacional, visto que muitos educadores divergem sua opinião em relação a aplicação de um único método para o processo de alfabetização. Construindo desta forma opiniões favoráveis e contrárias em relação a utilização/implementação do método fônico como único método de alfabetização, acarretando um sistema de constante repetição, não proporcionando o prazer necessário para instigar o aprender. Visto que aprender a ler e escrever não se trata de um processo automático como a fala.

As crianças não são meras receptoras e reprodutoras de informações, podendo-se constatando-se que não houve por parte dos autores responsáveis pela elaboração da Política Nacional de Alfabetização, uma averiguação em relação as distintas realidades vivenciadas pelos alunos que frequentam o ambiente escolar. Para assim compreender os níveis de conhecimentos destes indivíduos perante letras, sons, palavras, frases e textos, sugerindo a utilização de um método, que sustentasse um conjunto juntamente a demais métodos. Tornando possível o atendimento as necessidades dos alunos de grupo prioritário, como demonstrado no art. 6º do Caderno da PNA, “crianças na primeira infância e alunos dos anos iniciais do ensino fundamental são o público prioritário” (BRASIL, 2019, p. 39).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos estes apontamentos acarretam críticas de autores da área educacional em relação as informações constituintes no documento da política Nacional de Alfabetização, visto que o método fônico por sua vez inicia seu processo perante um nível em que a criança não está suficientemente preparada no início de seu processo de alfabetização, para desenvolver a compreensão sobre a relação grafema-fonema (BASILIO, 2019).

Desta forma os autores apresentam que este processo não se faz de um único método, como apontado no Caderno da PNA, ou seja, a implementação e padronização do método fônico, como adequado para o desenvolvimento da alfabetização.

Como é o caso dos apontamentos defendido por Magda Soares, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), em entrevista a Nova Escola “alfabetização não é uma questão de método”, visto que assim como nenhuma das demais disciplinas apoiam-se em um único método para a realização de seu processo de transmissão de conhecimentos, com a alfabetização essa metodologia não deveria ser diferente. Pois os métodos possuem



modificação ao longo dos anos, e isso faz com que eles ainda não atendam a totalidade na sala de aula (SEMIS, 2019).

A professora Magda Soares também explica sobre o papel do professor em relação a aquisição dos conhecimentos nas demais áreas do conhecimento “são campos de conhecimento que o professor deve conhecer bem para saber como agir, para transformar esse conhecimento em um objeto do qual o aluno possa se apropriar” (SEMIS, 2019).

Ou seja, deve-se buscar atender a todos os alunos de maneira com que o ensino adapte-se aos diferentes níveis de aprendizagem e dificuldades apresentados, por meio da aprimoração de conhecimentos pelo docente a partir dos distintos métodos, na busca de transmitir aos alunos o conhecimento adequados perante os conceitos transmitidos, proporcionando a socialização dos ensinamentos.

Oportunizando assim a constituição intelectual, social e profissional destes indivíduos em formação, através dos fundamentos disseminados por meio de um ensino intencional, sistemático e objetivo. Visto que em um ambiente de sala de aula encontram-se distintas realidades, diferentes níveis de aprendizagem e entendimento, dentre outros aspectos que devem ser observados pelo docente na busca de proporcionar a todos os alunos a compreensão do conhecimento transmitido.

Outras observações não condizentes aos elementos apresentados na PNA, são as análises exibidas pela autora Mortatti (2019, p.27) - professora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília - a qual ressalta que no caderno da PNA são constatados termos advindos do vocabulário português (Portugal) e francês, podendo ocasionar assim diferentes maneiras de compreensão, pois não podem ser entendidas somente perante sua tradução, visto que em um contexto de língua materna o significado pode possuir modificações. “Não se podendo, em nome do rigor científico, simplesmente traduzir estes por aqueles, ou substituir “letramento” por “literacia”.

De Moraes (2019) questiona, que este documento não leva em conta questões como a desigualdade dos contextos sociais das crianças, quando relata o acesso à educação visto que assim prioriza-se somente os indivíduos que tem possibilidade de estarem frequentando este ambiente escolar.

Além de nos fazer refletir em relação a distribuição das verbas propostas pelo Governo Federal, como apresentado no seguinte trecho “não poderia haver avanços nas discussões, porque não houve discussão. O que vemos é uma tentativa de imposição [...] só quem se submetesse ao que o MEC impõe teria direito a verbas e à cooperação do governo federal” (DE MORAIS, 2019, p. 66).



Torna-se então perceptível quando nos remetemos ao documento da Política Nacional de Alfabetização e a divergência que está presente em relação ao que propõe-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual foi homologada por meio da resolução do CNE/CP nº 2, em 22 de dezembro de 2017, constando como finalidade “institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.” (BRASIL, 2017, p.1).

Estas contradições impossibilitam a aplicação conjuntamente dos dois documentos, pois suas práticas e abordagens pedagógicas diferenciam-se, visto que a BNCC “é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p.1), que compreende a escrita como um “sistema de representação da língua” (BRASIL, 2018, p.42) e a PNA compreende-a “como um código de transcrição da língua”, segundo Maria Alice Junqueira (MOVIMENTO PELA BASE, 2021). Esta transcrição irá ocorrer por meio de um método, ou seja, o método fônico.

Segundo o estudo referente as divergências entre a PNA e a BNCC realizado pelo Cenpec, em que explicita também por Maria Alice Junqueira - coordenadora de programas e projetos de alfabetização do Cenpec Educação. “Enquanto a BNCC está voltada para alfabetizar no contexto das práticas sociais de leitura e escrita, a PNA propõe um trabalho mecânico de codificação e decodificação da escrita, por meio de [...] fonemas isolados e de propostas descontextualizadas” (ABE, 2021).

Além de relatar que necessita-se “conhecer as letras e seus sons e dominar as propriedades do sistema. Porém, a BNCC propõe o desenvolvimento dessas habilidades no contexto das práticas sociais, visando a formação de leitores e escritores” (ABE, 2021), pois é necessário que o indivíduo compreenda os princípios que regem a constituição deste conjunto que concebe o processo de alfabetização (leitura e escrita), como uma prática social presente em seu cotidiano.

Por sua vez o documento da BNCC, quando apresentado no campo da educação infantil não apresenta métodos que envolvam questões para o desenvolvimento da alfabetização, mas do processo da linguagem, pois ela ainda não compreenderá a função social explicita pela linguagem escrita, por mais que a criança esteja presente em um contexto letrado diariamente.

Esta preparação dos indivíduos ao processo de compreensão do código alfabético no ensino fundamental visa ocorrer através do desenvolvimento e aprimoração da oralidade, da autonomia e da construção integral dos sujeitos inseridos no ambiente escolar. Pois na



educação infantil a criança é tida como o centro do processo educativo através de seus distintos campos de experiência, que caracterizam os experimentos que serão vivenciadas por si.

Entretanto, além das controversas ao documento da Política Nacional de Alfabetização, há também opiniões que são favoráveis ao método, como é o caso de João Batista Oliveira - especialista em educação, alfabetização, primeira infância e desenvolvimento das habilidades de leitura. Este acredita ser necessário desde cedo proporcionar as crianças o processo de alfabetização, pois dos 6 meses aos 5 anos de idade ocorre o desenvolvimento progressivo cerebral da linguagem (responsável por ocasionar condições para a aprendizagem da fala, sintaxe e consciência fonêmica) encontra-se em maior progressão (UNDIME, 2019).

Ademais o especialista na área garante que isso pode diminuir uma desigualdade na aprendizagem decorrente de diferenças socioeconômicas, visto que o método fônico possui uma melhora superior as demais execuções deste, quando aplicado a crianças de classe social vulnerável. “Em todos os estudos que vemos em vários países, quando esse método é aplicado, ele é mais benéfico para pessoas de classes sociais mais baixas, que têm menos contato com a leitura”, afirma João Batista Oliveira, em entrevista a Nova Escola (UNDIME, 2019).

Outra especialista de grande referência é Alessandra Gotuzo Seabra - professora de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie e especialista que possuiu contribuições em relação ao documento da Política Nacional de Alfabetização, acredita que o que diferencia esta política é sua base científica, visto que as propostas se apoiam a introdução da implementação fônica na metodologia presente no trabalho docente, juntamente ao sistema educacional que a compõe. “Não é uma proposta puramente teórica, mas verificaremos o que os estudos têm mostrado que é mais eficaz para Alfabetização e, a partir disso, faremos uma proposta teórica metodológica baseada em pesquisa”, explica Alessandra (SALAS, 2021, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos estes questionamentos nos ocasionam incertezas em relação ao futuro educacional, e principalmente do processo de alfabetização (sendo a parte primordial da constituição intelectual humana) por meio da pequena taxa de concordância de profissionais da educação acerca do proposto pela PNA.



Compreende-se desta forma que as circunstâncias apresentadas pela PNA divergem opiniões entre educadores pela falta de flexibilização do documento em viabilizar a implementação de métodos, ao invés de método, para o desenvolvimento do processo de alfabetização, tendendo a originar divergência nas opiniões dos profissionais presentes no campo da educação.

Sendo, pois, de extrema importância que as propostas relacionadas ao campo educacional sejam refletidas, criticadas e analisadas, primordialmente em relação a utilização de métodos condizentes a sua implementação, buscando atender a todos os alunos através da adaptação do ensino aos diferentes níveis de aprendizagem e dificuldades apresentados pelos discentes. Tornando-se necessária a aprimoração de conhecimentos por parte do docente perante os métodos que são apresentados em contexto escolar, na busca da socialização do conhecimento, adequando-lhe ao atendimento das necessidades integrais que constituem esse indivíduo em formação.

Entretanto, todo este processo necessita ser realizado em conjunto com a instância familiar, pois é na família que a criança possui o primeiro contato social, constituindo sua personalidade. Por isso é necessária uma harmoniosa relação entre ambos os contextos (família e escola), para que sejam formados e preparados indivíduos prestes a constituir futuramente uma sociedade.

AGRADECIMENTOS

Prestamos nossos agradecimentos ao Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, por nos proporcionar a oportunidade de desenvolvermos e apresentarmos uma produção escrita, perante os conceitos estudados ao decorrer do PIBID. Estendemos nossos agradecimentos a professora Alexandra Vanessa de Moura Baczinski, por nos orientar se fazer presente para sanar nossas dúvidas durante o desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. **Entendendo as divergências entre a política Nacional de Alfabetização e a BNCC**. 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/parecer-politica-nacional-de-alfabetizacao-e-a-bncc>. Acesso em: 12 de out. 2021.

BASILIO, Ana Luiza. **Magda Soares: “pensar que se resolve a alfabetização com o método fônico é uma ignorância**. 2019. Disponível em:



<https://www.deolhonosplanos.org.br/100-dias-de-bolsonaro-alfabetizacao/>. Acesso em 24 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em 11 de out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação de alfabetização divulgará resultados em maio**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36188>. Acesso em 29 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 14 de out. 2021.

BRASIL. Ministério da educação - MEC. **PNA Política Nacional da Alfabetização**. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 29 de set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2017**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZE MBRODE2017.pdf. Acesso em: 14 de out. 2021.

DE MORAIS, Artur Gomes. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 10, 2019.

FONEMA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fonema/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

INSTITUTO NEURO SABER. **O que é instrução fônica sistemática?**. 2021. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-instrucao-fonica-sistematica/>. Acesso em 22 jun. 2021.

INSTITUTO NEURO SABER. **Alfabetização e consciência fonológica: como trabalhar?**. 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/alfabetizacao-e-consciencia-fonologica-como-trabalha-las/>. Acesso em 22 jun. 2021.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”**. Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp, v. 7, n.3, p. 17–51, 2019.

MOVIMENTO PELA BASE. **Ao vivo: políticas e práticas de alfabetização**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CIdaMFlmpKk&t=2121s>. Acesso em: 12 de out. 2021.

PEÇANHA, Célia Regina Ferreira. **O que é consciência fonêmica e como desenvolvê-la?** - Instituto NeuroSaber. 2020. Disponível em:



VIII ENALIC

EDICAÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS

VII SEMINÁRIO DO PIBID

II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

7 A 11 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2526-3234

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23201/2/C%c3%a9lia%20Regina%20Ferreira%20Pe%c3%a7anha.pdf>. Acesso em 21 de jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SALAS, Paula. **PNA: O que o MEC pensa sobre Alfabetização?**. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18313/pna-o-que-o-mec-pensa-sobre-alfabetizacao>. Acesso em: 19 de out. 2021.

SEMIS, Laís. **Vivi o Estado Novo e passei pela ditadura, mas nunca vi um período tão assustador como este na Educação**. 2019. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/15004/vivi-o-estado-novo-e-passei-pela-ditadura-mas-nunca-vi-um-periodo-tao-assustador-como-este-na-educacao>. Acesso em 25 de set. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO-UNDIME. **Política Nacional da Alfabetização: entenda as polêmicas presentes na PNA**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/07-05-2019-13-41-politica-nacional-de-alfabetizacao-entenda-as-polemicas-presentes-na-pna>. Acesso em 28 de set. 2021.